

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Lagoa Nova Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas:	
Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“LNT” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A LNT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A LNT atua na região Nordeste e responde por 0,04% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a LNT detém as instalações localizadas no estado do Rio Grande do Norte, sendo (i) LT 230 kV Lagoa Nova II - Currais Novos II, CD, com 28 km, e (ii) SE Currais Novos II 230/69 kV, 2 x 100 MVA, nos termos do Contrato de Concessão nº 30/2017 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A LNT receberá Receita Anual Permitida (RAP) reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano.

	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LNT	12.854	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.725 de 14 de julho de 2020.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$13.341 mil para 2021 a 2025, conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão	RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2020						
	2019 (*)	2020 (*)	2021	2022	2023	2024	2025
LNT	10.743	12.541	13.341	13.341	13.341	13.341	13.341

(*) RAP realizada.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da LNT e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A LNT, respaldada pela alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$93 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 20 de abril de 2021, com opinião sem modificação e contendo o parágrafo de ênfase relacionado a rerepresentação dos valores correspondentes incluído naquelas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Pia Leocádia de Avellar Peralta', is written over the text of the company name and registration number.

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.932	2.673
Contas a Receber de Concess. e Permissionárias	6	1.444	1.177
Impostos e contribuições sociais	7	132	6
Outras contas a receber		270	-
Total dos ativos circulantes		9.778	3.856
<i>Ativos não circulantes</i>			
Títulos e valores mobiliários	5	4.878	-
Cauções e depósitos vinculados		-	2.221
Imobilizado	8	88.589	90.264
Intangível	8	2.798	2.798
Total dos ativos não circulantes		96.265	95.283
Total dos ativos		106.043	99.139
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		496	6
Empréstimos e financiamentos	10	6.070	892
Taxa Regulamentares		107	53
Impostos e contribuições sociais	7	177	-
Dividendos a pagar	9	3.732	3.196
Outras contas a pagar		174	128
Total dos passivos circulantes		10.756	4.275
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	10	54.394	54.035
Total dos passivos não circulantes		54.394	54.035
Patrimônio líquido			
Capital social		41.116	39.943
Reserva de lucros		19.683	10.265
Dividendos adicionais propostos		2.736	-
(Prejuízos) acumulados		(22.642)	(9.379)
Total do patrimônio líquido	11	40.893	40.829
Total dos passivos e do patrimônio líquido		106.043	99.139

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão		12.541	10.743
Parcela variável		(50)	-
Receita bruta		12.491	10.743
PIS e COFINS correntes		(463)	(393)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(188)	(136)
Tributos e encargos		(651)	(529)
Receita Líquida	16	11.840	10.214
Pessoal		(281)	-
Materiais		(74)	-
Serviços de terceiros		(754)	-
Depreciação e amortização		(3.106)	(2.522)
Outros custos operacionais		(64)	-
Custos operacionais	17	(4.279)	(2.522)
Pessoal		-	(113)
Serviços de terceiros		(193)	(889)
Depreciação e amortização		(1)	(70)
Outras despesas operacionais líquidas		(180)	(228)
Despesas operacionais	17	(374)	(1.300)
Resultado da atividade		7.187	6.392
Receitas financeiras		103	206
Despesas financeiras		(4.271)	(2.095)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	18	(4.168)	(1.889)
Resultado antes dos impostos e contribuições		3.019	4.503
Imposto de renda e contribuição social	12	(397)	(357)
Lucro líquido do exercício		2.622	4.146
Lucro por Ação			
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	15	0,06377	0,10380

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Demonstração do resultado abrangente para exercício findo em
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	2.622	4.146
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>2.622</u>	<u>4.146</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de lucros				Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumu- lados	Total
		Capital social	AFAC	Legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		15.700	19.049	218	3.087	-	(4.397)	33.657
AFAC		-	5.194	-	-	-	-	5.194
Aumento de Capital		24.243	(24.243)	-	-	-	-	-
<i>Destinação do lucro do exercício</i>								
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	4.146	4.146
Reserva legal		-	-	456	-	-	(456)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.168)	(2.168)
Reserva especial		-	-	-	6.504	-	(6.504)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11	39.943	-	674	9.591	-	(9.379)	40.829
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.173	-	-	-	-	-	1.173
Impactos Ofício CVM 04/2020 sobre a destinação do resultado societário		-	-	-	9.226	-	(12.045)	(2.819)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.622	2.622
<i>Destinação do lucro líquido do exercício:</i>								
Reserva legal		-	-	192	-	-	(192)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	2.736	(2.736)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(912)	(912)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11	41.116	-	866	18.817	2.736	(22.642)	40.893

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		2.622	4.146
Ajuste para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	397	357
Depreciação e amortização	17	3.107	2.592
Provisão de parcela variável		50	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamento	10 e 17	4.051	2.153
Receita de aplicação financeira	17	(103)	(206)
		<u>10.124</u>	<u>9.042</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no contas a receber de concess. e permissionárias		(317)	(1.160)
Redução nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		111	1.110
(Aumento) redução no saldo de outras contas a receber		(271)	424
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		490	(1.653)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		54	53
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar		49	(24.381)
		<u>116</u>	<u>(25.607)</u>
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>10.240</u>	<u>(16.565)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(457)	(1.217)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		<u>9.783</u>	<u>(17.782)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		(4.775)	-
Cauções e depósitos vinculados		2.221	(2.015)
(Adições) no imobilizado e intangível	8	(1.432)	(35.031)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>(3.986)</u>	<u>(37.046)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	2.780	49.712
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	10	(1.294)	(1.453)
Aumento de capital		-	5.194
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.173	-
Pagamento de dividendos	9	(3.197)	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos		<u>(538)</u>	<u>53.453</u>
Aumento (redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>5.259</u>	<u>(1.375)</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	2.673	4.048
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	7.932	2.673
Aumento (redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>5.259</u>	<u>(1.375)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas no estado do Rio Grande do Norte, sendo (i) LT 230 kV Lagoa Nova II - Currais Novos II, CD, com 28 km, e (ii) SE Currais Novos II 230/69 kV, 2 x 100 MVA, nos termos do Contrato de Concessão nº 30/2017 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em março de 2019.

A LNT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 13 de março de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração 30 de abril de 2021.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 22.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.8. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.9. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	944	46
Aplicações financeiras	6.988	2.627
	7.932	2.673

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	101,41% do CDI	-

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fundo de investimentos</u>		
BNB Automático FI RF curto prazo	4.878	-
Ativo não circulante	4.878	-
<u>Taxa de rentabilidade acumulada</u>		
Fundo	22,12% do CDI	-

Fundo BNB Automático - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	1.475	1.177
Parcela variável (i)	(31)	-
Circulante	1.444	1.177

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

Movimentação da parcela variável	31/12/2019	Adição (*)	Reversão (*)	31/12/2020
Parcela variável	-	(52)	21	(31)

(*) Valor provisionado da parcela variável do período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	1.163	71	241	1.475	1.177

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
Resolução 2.725 de 14/07/2020			Resolução 2.565 de 25/06/2019		
Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
12.854	(525)	12.329	12.617	(756)	11.861

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	128	-
Impostos e contribuições retidos	4	6
Ativo circulante	132	6
IRPJ e CSLL correntes	98	-
PIS e COFINS	49	-
INSS e FGTS	13	-
ISS	17	-
Passivo circulante	177	-

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2019	Adições (Baixas)	Transfe-rências	Valor Bruto em 2020	Depre-ciação	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Imobilizado em Serviço</i>								
<u>Transmissão</u>								
Edificação	3,33%	67.315	-	-	67.315	(4.112)	63.203	65.447
Máquinas e Equipamentos	3,41%	25.381	-	83	25.464	(1.519)	23.945	24.730
		92.696	-	83	92.779	(5.631)	87.148	90.177
<u>Administrativo</u>								
Máquinas e Equipamentos		83	-	(83)	-	-	-	77
Móveis e utensílios	9,09%	11	-	-	11	(2)	9	10
		94	-	(83)	11	(2)	9	87
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>								
<u>Transmissão</u>								
Máquinas e Equipamentos		-	1.375	-	1.375	-	1.375	-
Móveis e utensílios		-	57	-	57	-	57	-
		-	1.432	-	1.432	-	1.432	-
Total do Ativo Imobilizado		92.790	1.432	-	94.222	(5.633)	88.589	90.264

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto em 2019	Adições	Transfe-rências	Valor Bruto em 2020	Amortização	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Intangível em Serviço</i>								
<u>Transmissão</u>								
Faixa de Servidão		2.798	-	-	2.798	-	2.798	2.798
Total do Ativo Intangível		2.798	-	-	2.798	-	2.798	2.798

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2020			2019
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<i>Em serviço</i>					
Transmissão - Custo histórico	3,25%	95.577	(5.631)	89.946	92.975
Administrativo - Custo histórico	9,09%	11	(2)	9	87
		95.588	(5.633)	89.955	93.062
<i>Em curso</i>					
Transmissão - Custo histórico		1.432	-	1.432	-
		1.432	-	1.432	-
Total do imobilizado e intangível		97.020	(5.633)	91.387	93.062

Composição das adições (baixas) do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos
<i>Em Curso</i>	
Máquinas e Equipamentos	1.375
Móveis e utensílios	57
Total das adições do imobilizado e intangível em curso	1.432

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Pagar – OCP

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de Juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$10 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M - Taesa	R\$24 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.	Não houve.
3	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Serviços de "back-office" - Taesa	10	-	63	-
2	Serviços de "O&M" - Taesa	24	-	183	-
3	Reembolso - Taesa	2	-	-	-
		36	-	246	-

II – Dividendos a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Rialma Participações S.A.	-	3.196

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
Taesa	3.732	-
	3.732	3.196

III - Remuneração dos diretores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Abertura do endividamento

10.1 Empréstimos e financiamentos

Financiador	Data de assinatura	Características do empréstimo			
		Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
Banco do Nordeste	27/04/2018	62.750	15/05/2038	Taxa fixa de 2,1087% a.a.	209

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo Total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
<u>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</u>									
Banco do Nordeste	2.860	3.210	54.394	60.464	15/01/21	Mensal	15/01/21	Mensal	SAC
Total	2.860	3.210	54.394	60.464					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo	2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total
<u>Empréstimo - Moeda Nacional</u>							
Banco do Nordeste	3.543	3.543	3.595	3.632	3.632	41.299	59.244

	31/12/2019	Captação / Custos	Juros incorridos / Amort. custos	Juros pagos	31/12/2020
Banco do Nordeste	54.927	2.780	4.051	(1.294)	60.464
Circulante	892				6.070
Não circulante	54.035				54.394

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2020, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 14.

10.2 Abertura dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, e títulos e valores mobiliários	31/12/2020	31/12/2019
- Equivalentes de caixa – Bancos	7.932	2.673
- Títulos e valores mobiliários	4.878	-
	12.810	2.673

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.3 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	2020				Total 2019
	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total	
<i>Dívida Bruta</i>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	2.860	3.210	54.394	60.464	54.927
<i>Ativos Financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	-	(7.932)	(4.878)	(12.810)	(2.673)
Dívida Líquida				<u>47.654</u>	<u>52.254</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente integralizado era de R\$41.116, representado por 41.116.290 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente integralizado era de R\$39.943, representado por 39.943.259 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

Reservas de lucro – (a) **Reserva legal** - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) **Reserva de especial** – constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro líquido do exercício - Societário

Destinação do lucro do exercício	2020
Lucro líquido do exercício	3.840
- Reserva legal (5%)	(192)
- Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(912)
- Dividendos adicionais propostos	(2.736)
- Reserva especial	-

12. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	12.075	12.075	64.360	64.360
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(273)	(273)	-	-
Provisão parcela variável	(31)	(31)	-	-
Diferença entre regime de caixa e competência	505	505	(53.618)	(53.618)
	<u>12.276</u>	<u>12.276</u>	<u>10.742</u>	<u>10.742</u>
Percentual	8%	12%	8%	12%
	<u>982</u>	<u>1.473</u>	<u>859</u>	<u>1.289</u>

Demais receitas:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Renda de aplicação financeira	103	103	142	142
	103	103	142	142
Base de cálculo	1.085	1.576	1.001	1.431
Imposto de renda - 15%	(163)	-	(150)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(85)	-	(78)	-
Contribuição social - 9%	-	(142)	-	(129)
Ajuste de provisão - períodos anteriores	(4)	(3)	-	-
Total de despesa	(252)	(145)	(228)	(129)
Total de IRPJ e CSLL		(397)		(357)

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Prêmio
Responsabilidade civil Geral	AXA	20/09/2020 a 19/09/2021	10.000	-
Risco operacional	FAIRFAX	02/05/2020 a 01/05/2021	81.000	88
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	ZURICH	18/09/2020 a 18/09/2021	40.000	-

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

14.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	11.866	2.627
- Cauções e depósitos vinculados	-	2.221
- Caixa e bancos	944	46
Custo amortizado:		
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	1.444	1.177
	14.254	6.071
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	496	6
- Empréstimos e financiamentos	60.464	54.927
	60.960	54.933

14.4. Risco de mercado

14.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

14.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	5,25%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 16 de abril de 2021 – Fonte Externa Independente.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Exposição Líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2021 - (redução)
<u>Ativos financeiros</u> – Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	11.866	297

14.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

14.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("*covenants*"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos; (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	604	1.605	4.269	18.935	69.510	94.923

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.7 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

14.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

14.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Equivalentes de caixa	4	6.988	4	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	5	4.878	-	Nível 2

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.622	4.146
Quantidade de ações ordinárias	41.116	39.943
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,06377	0,10380

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

16. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão	12.541	10.743
Parcela variável	(50)	-
Receita bruta	12.491	10.743
PIS e COFINS correntes	(463)	(393)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(188)	(136)
Tributos e encargos	(651)	(529)
Receita líquida	11.840	10.214

17. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(192)	(2)
-Benefícios	(50)	(110)
-FGTS e INSS	(39)	(1)
Pessoal	(281)	(113)
Materiais	(74)	-
Serviços de terceiros	(947)	(889)
Depreciação e amortização	(3.107)	(2.592)
Outros custos e despesas operacionais	(244)	(228)
Total custos e despesas	(4.653)	(3.822)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, viagens, transporte, vigilância e limpeza, auditoria e consultoria técnica, energia elétrica.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, patrocínio, seguros, impostos, contribuições e taxas.

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Renda de aplicação financeira	103	206
Receitas financeiras	103	206
Empréstimos e financiamentos		
- Encargos e custos de Captação	(4.051)	(2.153)
Outras despesas financeiras, líquidas	(220)	58
Despesas financeiras	(4.271)	(2.095)
	(4.168)	(1.889)

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Serviço de Operação dos ativos - A Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações. Os valores de passivo e custo foram apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA	(a)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		

(a) Licença simplificada.

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020 – A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2020 descrito na nota explicativa nº 11 – Patrimônio Líquido.

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

22. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota expli- cativa	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>						(Reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa		7.932	-	7.932	2.673	-	2.673
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		1.444	-	1.444	1.177	-	1.177
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	11.260	11.260	-	11.788	11.788
Impostos e contribuições sociais		132	-	132	6	-	6
Outras contas a receber		270	-	270	-	-	-
Total dos ativos circulantes		9.778	11.260	21.038	3.856	11.788	15.644
<i>Ativos não circulantes</i>							
Títulos e valores mobiliários		4.878	-	4.878	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	2.221	-	2.221
Impostos e contribuições sociais		-	-	-	-	-	-
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	110.976	110.976	-	110.864	110.864
Imobilizado	(iv)	88.589	(88.580)	9	90.264	(90.174)	90
Intangível	(iv)	2.798	(2.798)	-	2.798	(2.798)	-
Outras contas a receber		-	-	-	-	-	-
Total dos ativos não circulantes		96.265	19.598	115.863	95.283	17.892	113.175
Total dos ativos		106.043	30.858	136.901	99.139	29.680	128.819
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		496	-	496	6	-	6
Empréstimos e financiamentos		6.070	-	6.070	892	-	892
Impostos e contribuições sociais		177	-	177	-	-	-
Taxas regulamentares		107	-	107	53	-	53
Dividendos a pagar	(v)	3.732	-	3.732	3.196	2.819	6.015
Outras contas a pagar		174	-	174	128	-	128
Total dos passivos circulantes		10.756	-	10.756	4.275	2.819	7.094
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		54.394	-	54.394	54.035	-	54.035
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	3.763	3.763	-	3.778	3.778
Tributos diferidos	(iii)	-	4.453	4.453	-	4.478	4.478
Total dos passivos não circulantes		54.394	8.216	62.610	54.035	8.256	62.291
Total dos passivos		65.150	8.216	73.366	58.310	11.075	69.385
Capital social		41.116	-	41.116	39.943	-	39.943
Reserva de lucros		19.683	-	19.683	10.265	9.226	19.491
Reserva AFAC		-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		2.736	-	2.736	-	-	-
Prejuízos acumulados		(22.642)	22.642	-	(9.379)	9.379	-
Total do patrimônio líquido	(v)	40.893	22.642	63.535	40.829	18.605	59.434
Total dos passivos e do patrimônio líquido		106.043	30.858	136.901	99.139	29.680	128.819

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Disponibilização do sistema de transmissão		12.541	(12.541)	-	10.743	(10.743)	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	9.879	9.879	-	20.618	20.618
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	838	838	-	3.792	3.792
Receita de implementação da infraestrutura		-	-	-	-	38.982	38.982
Operação e manutenção		-	1.731	1.731	-	968	968
Parcela variável		(50)	-	(50)	-	-	-
Outras receitas		-	(323)	(323)	-	-	-
Receita operacional bruta	(vi)	12.491	(416)	12.075	10.743	53.617	64.360
PIS e COFINS correntes		(463)	-	(463)	(393)	-	(393)
PIS e COFINS diferidos		-	24	24	-	(1.958)	(1.958)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(188)	-	(188)	(136)	-	(136)
Deduções da receita	(vii)	(651)	24	(627)	(529)	(1.958)	(2.487)
Receita operacional líquida		11.840	(392)	11.448	10.214	51.659	61.873
Pessoal		(281)	-	(281)	-	-	-
Material e outros custos de construção		(74)	(1.510)	(1.584)	-	(35.677)	(35.677)
Depreciação e amortização		(3.106)	3.106	-	(2.522)	2.522	-
Serviços de terceiros		(754)	-	(754)	-	-	-
Outros custos operacionais		(64)	-	(64)	-	-	-
Custos operacionais	(viii)	(4.279)	1.596	(2.683)	(2.522)	(33.155)	(35.677)
Lucro bruto		7.561	1.204	8.765	7.692	18.504	26.196
Pessoal		-	-	-	(113)	-	(113)
Serviços de terceiros		(193)	-	(193)	(889)	-	(889)
Depreciação e amortização		(1)	-	(1)	(70)	-	(70)
Outras despesas operacionais		(180)	-	(180)	(228)	-	(228)
Despesas operacionais		(374)	-	(374)	(1.300)	-	(1.300)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		7.187	1.204	8.391	6.392	18.504	24.896
Receitas financeiras		103	-	103	206	-	206
Despesas financeiras		(4.271)	-	(4.271)	(2.095)	-	(2.095)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(4.168)	-	(4.168)	(1.889)	-	(1.889)
Lucro antes dos impostos e das contribuições		3.019	1.204	4.223	4.503	18.504	23.007
Imposto de renda e contribuição social corrente		(397)	-	(397)	(357)	-	(357)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ix)	-	14	14	-	(1.651)	(1.651)
Imposto de renda e contribuição social		(397)	14	(383)	(357)	(1.651)	(2.008)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(x)	2.622	1.218	3.840	4.146	16.853	20.999

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47;
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido societário	63.535	59.434
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(122.236)	(122.652)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	91.378	92.972
Impactos ofício CVM 04/2020 sobre a destinação societária	-	2.819
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	3.763	3.778
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	4.453	4.478
Patrimônio líquido regulatório	40.893	40.829

A Companhia efetua a destinação do resultado do exercício com base na contabilidade societária. No exercício de 2020, a Companhia ajustou seu ativo de contrato de concessão a luz do ofício CVM nº 04/2020 e procedeu com a reapresentação dos números comparativos de suas Demonstrações Financeiras societárias. Todos os efeitos relacionados aos dividendos, reservas de lucros e prejuízos acumulados até o exercício de 2019, foram considerados diretamente na DMPL regulatório de 31 de dezembro de 2020.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de receita de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro líquido do exercício

Conciliação do Lucro líquido societário e regulatório	2020	2019
Lucro líquido societário	3.840	20.999
Receita bruta (CPC 47)	416	(53.617)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	(24)	1.958
Depreciação e amortização (CPC 47)	(3.106)	(2.522)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	1.510	35.677
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	(14)	1.651
Lucro líquido regulatório	2.622	4.146

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 27.965.273/0001-27

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49